

**Cobansa Companhia Hipotecária**

C.N.P.J.(MF) 53.263.331/0001-80 - Carta Patente B.C. 7677.860/84

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Cobansa Hipotecária atua como agente repassador do FGTS e de Programas Habitacionais, autorizado pelo BACEN: PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) – 13.566 cotas na modalidade Parcelamento e 7.366 na modalidade Financiamento, por meio das Portarias Interministerial nº 337 de 17/11/2004 e nº 335 de 29/09/2005 e Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV-Sub50, por meio da Portaria Conjunta nº 472 de 18/11/2009 – fase I – com 5.658 cotas e Portaria Interministerial nº 125 de 09/04/2012 – fase II – com 7.937 cotas. De meados de 2016 a meados de 2017, o programa ficou suspenso por falta de regulamentação, impossibilitando as Instituições Financeiras de efetuar qualquer tipo de repasse, e em agosto de 2017 foi publicado um novo regulamento alterando, completamente as regras anteriormente pactuados nos Programas. Dentro desse cenário, a Direção da Companhia entendeu por bem não prosseguir no Programa sem que os proponentes (Estados e Municípios) aditassem seus convênios em consonância com as novas regras propostas pela União e se colocou à disposição da União para remanejar os interessados para outros Agentes Financeiros, porém fomos instruídos a aguardar novas Instruções Normativas. No ano de 2018, com o novo governo, foram criados grupos de trabalho, a partir do 2º semestre, visando formular uma política para retomada dos programas, sendo que as Instituições Financeiras participaram de audiências públicas com o governo para formular uma nova proposta. A Companhia, a partir de 2019, se prepara para repassar o novo programa de habitação popular anunciado pelo governo, Voucher da Construção, direcionado para famílias com renda de até R\$ 1.200,00 mensais, em municípios com até 50 mil habitantes. Em conjunto com a Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil e BNDES, as Companhias Hipotecárias atuarão com o objetivo de proporcionar às fami-

lias a compra, construção ou reforma da casa própria, gerando um melhor aproveitamento da capilaridade destas instituições, sem comprometimento do patrimônio de referência e com garantias adicionais aos investidores interessados. A Companhia, visando o fechamento dos resultados de 2020, está executando o seu planejamento anual para os resultados do exercício, que conta com as seguintes premissas principais: - Redução das despesas administrativas e de pessoal, que visam adequar essas mesmas ao nível operacional necessário ao desenvolvimento das atividades projetadas. - Recebimento de todas as receitas previstas para o exercício, do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – Oferta Pública de recursos, uma vez reestabelecidas as normatizações necessárias. - Incremento nas receitas dos serviços do FGTS para o quantitativo mínimo de 200 contratos/mês. Os resultados já alcançados, bem como a consecução dos resultados projetados, serão suficientes para a manutenção da Companhia dentro dos limites operacionais regulatórios. Ressaltamos que, caso os resultados projetados não venham a ocorrer tempestivamente, os mesmos acontecerão posteriormente, e virão elevar o patrimônio líquido da companhia, em níveis bem acima do mínimo estabelecido, com consequências favoráveis à Companhia. No tocante aos projetos de longo prazo para a Companhia, e com base na última etapa de nosso Planejamento, decidimos usar dos nossos pontos fortes angariados nos mais de 20 anos de experiência em Habitação de Interesse Social (HIS), para implementar as operações de Financiamento à Produção no segmento de baixa renda. Dada a nossa estrutura de capital e nossa disponibilidade de recursos para o financiamento à produção de unidades habitacionais, optamos por utilizar a modalidade do FGTS de Carta de Crédito, Contratações Coletivas, por nos parecer ser mais efetiva, conforme pontos abaixo citados: - Operação normatizada no Manual

de Fomento do Agente Operador do FGTS; - Recursos (Funding) garantidos pelo repasse de recursos do FGTS; - Menor necessidade de provisionamento de risco, devido a utilização de garantia de caução de valores; - Possibilidade de iniciarmos as operações na forma de Operações Estruturadas, com utilização de covenants e ações de redução de risco, de forma a facilitar a obtenção de rating. A Companhia iniciou estudos para financiar 4 projetos de 50 unidades habitacionais cada, anualmente, na forma de operação estruturada, previstos para o segundo semestre de 2020. A Companhia possui demandas de Fundos de Investimentos Imobiliários para aquisição de Cédulas de Créditos Imobiliários – CCI com garantia real, em características pré-estabelecidas, sendo esta operação de pouco risco e de giro rápido, e considerada bastante interessante neste período de transição para as operações de mercado e de crescimento de capital. Inicialmente estamos com previsão de contratação de 6 operações mensais a partir do 1º semestre de 2021, com crescimento a partir do segundo ano. Todas estas operações citadas anteriormente já estavam nos planos da Companhia, sendo que boa parte já haviam sido encaminhadas às áreas pertinentes, mas foram paralisadas devido à grave recessão experimentada no país, mas que o momento atual projeta possibilidades firmes de novas contratações. Estes projetos iniciar-se-ão em pequena monta devido à nossa estrutura conservadora e nossa disponibilidade de recursos para o financiamento à produção de unidades habitacionais, mas serão a transição para operações de maior vulto, e abrirão a possibilidade de parcerias, vez que as operações já estarão no nosso portfólio e em curso. Os manuais operacionais, as estruturas de análise de risco, estruturação de comitês, elaboração de contratos, estruturação de sistemas, estão em fase final de formatação para iniciar as fases de testes.

Balancos patrimoniais em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>16.431</b>	<b>11.149</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.567	14
Títulos e valores mobiliários	5	12.712	11.018
Carteira própria		12.712	11.018
Outros créditos	6	2.152	296
Rendas a receber		29	21
Diversos	6	2.123	275
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>3.249</b>	<b>3.395</b>
Outros créditos		3.249	3.395
Diversos	6	3.249	3.395
<b>Permanente</b>		<b>10</b>	<b>1.364</b>
Investimentos	7	-	1.337
Outros investimentos		-	1.337
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>8</b>	<b>10</b>
Outras imobilizações de uso		452	452
(-) Depreciações acumuladas		(442)	(425)
<b>Total do ativo</b>		<b>19.690</b>	<b>16.087</b>

Balancos patrimoniais em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>15.718</b>	<b>13.040</b>
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	9	13	13
Outras instituições		13	13
<b>Outras obrigações</b>		<b>15.705</b>	<b>13.027</b>
Fiscais e previdenciárias	10	313	309
Diversas	10	15.392	12.718
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>882</b>	<b>1.199</b>
Outras obrigações		882	1.199
Fiscais e previdenciárias	10	527	527
Diversas	10	355	672
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>3.090</b>	<b>1.848</b>
<b>Capital:</b>			
De domiciliados no país	14	11.000	10.000
<b>Reservas de lucros:</b>			
<b>Prejuízos Acumulados</b>		<b>(7.910)</b>	<b>(8.152)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.690</b>	<b>16.087</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31.12.2019**

**1. Contexto operacional:** A Cobansa Companhia Hipotecária ("Companhia") atua na prestação de serviços de saque de FGTS e participa das ofertas públicas, leilões ou quaisquer outras formas de credenciamento que objetive a habilitação de agentes de implementação de programas habitacionais de natureza institucional. No tocante aos Programas Habitacionais em que participa, a Cobansa Companhia Hipotecária foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a participar dos leilões do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social PSH, bem como do Programa Minha Casa Minha Vida para Municípios com até 50.000 habitantes. No caso do PSH, regido pelas Portarias Interministeriais expedidas pelo Ministério das Cidades e Secretaria do Tesouro Nacional, a saber: Portaria Interministerial nº 337, de 17 de novembro de 2004; Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005. A Companhia participou dos leilões das seguintes Portarias Conjuntas, a saber: Portaria Conjunta nº 5, de 18 de novembro de 2004 (PSH I); Portaria Conjunta nº 1, de 28 de março de 2005 (PSH II); Portaria Conjunta nº 2, de 28 de março de 2005 (PSH II); Portaria Conjunta nº 3, de 25 de outubro de 2005 (PSH III); Portaria Conjunta nº 4, de 25 de outubro de 2005 (PSH III); Portaria Conjunta nº 1, de 28 de novembro de 2006 (PSH IV); Portaria Conjunta nº 2, de 28 de novembro de 2006 (PSH IV) e Portaria Conjunta nº 4, de 01 de dezembro de 2008 (PSH V). Os resultados dos leilões das referidas portarias foram homologadas, a saber: Portaria nº 613, de 25 de novembro de 2004 (PSH I); Portaria nº 289, de 19 de abril de 2005 (PSH II); Portaria nº 817, de 30 de novembro de 2005 (PSH III); Portaria de Resultado nº 921, de 13 de dezembro de 2006 (PSH IV) e Portaria nº 712, de 19 de dezembro de 2008 (PSH V). Como resultado dos leilões a Companhia se credenciou aos seguintes créditos no PSH: 13.566 (treze mil quinhentos e sessenta e seis) cotas na modalidade "Parcelamento" e 7.366 (Sete mil trezentos e sessenta e seis) cotas na modalidade de "Financiamento". No caso do PMCMV\_Sub50, regido pelas Portarias Conjunta e Interministerial expedidas pelo Ministério das Cidades e Secretaria do Tesouro Nacional, a saber: Portaria Conjunta nº 472, de 18 de novembro de 2009 e Portaria Interministerial nº 484, de 28 de setembro de 2009. Como resultado desse leilão a Companhia contratou 76.718 (setenta e seis mil setecentos e dezoito) cotas das 79.791 (setenta e nove mil setecentos e noventa e um) cotas homologadas. A Companhia participou também de nova oferta pública de recursos do Governo Federal (PMCMV\_Sub50 – fase 2), em conformidade com as portarias interministeriais: nº 531, de 10 de novembro de 2011 e nº 547, de 28 de novembro de 2011, que dispõe sobre as condições da oferta pública e das diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50 mil habitantes, respectivamente. O Resultado do leilão foi homologado pela portaria nº 609, de 23 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades, porém, no dia 25 de maio de 2012, a oferta pública referente à Portaria Interministerial, nº 531 de 10 de novembro 2011 foi cancelada pelo Ministério das Cidades o que acarretou a perda das cotas obtidas pelos agentes financeiros e Instituições Financeiras. Em 9 de abril de 2012 o Ministério das Cidades publicou a Portaria nº 152 que tratava do acolhimento das novas propostas para participar de nova oferta pública de recursos financeiros, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em 01 de junho de 2012, o Ministério das Cidades, através da Portaria nº 235, divulgou o resultado dessa nova oferta pública de recursos financeiros onde recebemos 8.548 (oito mil quinhentos e quarenta e oito) cotas. Cabe ressaltar que cada cota representa R\$25.000,00 (vinte e cinco mil Reais) de subvenção econômica e R\$ 1.160,00 (um mil cento e sessenta Reais) de remuneração da Companhia para alocação em todo território nacional. Como resultado desse leilão a Companhia contratou 7.996 (sete mil novecentos e noventa e seis) cotas das 8.548 (oito mil quinhentos e quarenta e oito) cotas homologadas. Em meados do exercício de 2014, em decorrência das dificuldades dos repasses dos programas por parte do Governo Federal que acarretou a paralisação em muitas obras, gerando elevação nas demandas judiciais contra as Instituições Financeiras promovidas pelos Ministérios Público e Justiça do Trabalho, que em muitas vezes acarretava solicitação de bloqueios das contas da Companhia, acarretando algumas vezes a paralisação temporária de outros convênios, por atingir os recursos que estavam depositados na Companhia como um todo, a administração, juntamente com seu departamento jurídico, determinou a reestruturação da operação, de forma a transferir para empresa dentro do próprio grupo, a prestação serviço de gestão de tesouraria, no que tange apenas a movimentação de conta bancária, visando mitigar riscos aos recursos do programa **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram convertidas para o milhar, exceto quan-

do indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Administração em 17 de novembro de 2020. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda de apresentação da Cobansa. **3.2. Resultado das operações:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. **3.4. Ativo circulante e não circulante:** Os ativos são registrados pelos valores líquidos de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata") auferidas. **3.4.1 Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados: • **Títulos para negociação:** títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda:** títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários; • **Títulos mantidos até o vencimento:** títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **3.5. Permanente:** **3.5.1. Investimento:** Os investimentos em coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos sem influência significativa ou participação inferiores a 20% do capital votante são avaliados pelo custo histórico. **3.5.2. Imobilizado de uso:** É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculado pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo "Móveis e utensílios" e "Instalações" - 10%, e "Sistema de processamento de dados" e "Veículos" - 20% ao ano. **3.6. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") auferidas. **3.6.1 Imposto de renda e contribuição social:** São registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias". A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano. A provisão para Contribuição Social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável antes do Imposto de Renda.

	2019	2018
<b>4. Caixa e equivalente de caixa</b>		
Disponibilidades em moeda nacional	1.567	14
<b>Total</b>	<b>1.567</b>	<b>14</b>

<b>5. Títulos e valores mobiliários</b>			
<b>Classificação por categorias</b>			
	2019	2018	
	Sem vencimento	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
<b>Títulos</b>			
<b>Títulos para negociação</b>	<b>12.712</b>	<b>12.712</b>	<b>11.018</b>
Cotas de fundos de investimento	12.712	12.712	11.018
<b>Total</b>	<b>12.712</b>	<b>12.712</b>	<b>11.018</b>
<b>Resultado de títulos e valores mobiliários</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
Fundos de investimento	665	488	
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>488</b>	

**6. Outros Créditos: Rendas a receber:** O saldo de R\$29 (R\$21 em 2018) refere-se a juros sobre o capital próprio a receber da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização.

	2019	2018
<b>Diversos</b>		
Adiantamentos salariais	68	24
Adiantamentos viagens	380	6
Devedores para depósito em garantia – trabalhistas	278	412
Outros (a)	2.663	2.918
Impostos contribuições a compensar	299	245
Pagamentos a ressarcir	-	1
Valores a receber por venda de participações (b)	1.434	-
Devedores diversos	250	64
<b>Total</b>	<b>5.372</b>	<b>3.670</b>
Curto prazo	2.123	275
Longo prazo	3.249	3.395

(a) Representado principalmente, por seguro garantia do programa do Ministério das Cidades na modalidade do Programa de Subsídio à Habitação - PSH. (b) Representado por valores a receber pela venda do investimento minoritário na companhia Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, conforme nota explicativa nº 7.

**7. Investimentos:** Referiam-se, em 2018, às 1.474 ações da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, cujo participação é de 1,95%, avaliadas pelo custo histórico e que foram alienadas no exercício 2019, cujo valor está representado na rubrica Outros Créditos - Diversos - subtítulo "valores a receber por venda de participações".

<b>8. Imobilizado de uso</b>			
	Depreciação	Valor residual	
	Taxa	Custo	2019
		2019	2018
Instalações	10%	3	(3)
Móveis e equipamentos de uso	10%	75	(71)
Sistema de processamento de dados	20%	235	(232)
Veículos	20%	139	(136)
<b>Total</b>		<b>452</b>	<b>(442)</b>

**Demonstrações dos resultados - Semestre e exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	2º Semestre		
		mestre	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>312</b>	<b>665</b>	<b>488</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	312	665	488
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(230)</b>	<b>(472)</b>	<b>(293)</b>
Operações de repasses - outras instituições oficiais	(230)	(472)	(293)	(293)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>82</b>	<b>193</b>	<b>195</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>252</b>	<b>221</b>	<b>(308)</b>
Receitas de prestação de serviços		1.114	2.178	1.652
Despesas de pessoal		(119)	(280)	(741)
Outras despesas administrativas	15	(391)	(871)	(994)
Despesas tributárias	16	(113)	(229)	(193)
Resultado de participações em coligadas	7	-	-	(69)
Outras receitas/despesas operacionais	17	(239)	(577)	(2.743)
<b>Resultado operacional</b>		<b>334</b>	<b>414</b>	<b>(2.893)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>334</b>	<b>414</b>	<b>(2.893)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(76)</b>	<b>(93)</b>	<b>(1.425)</b>
Provisão para Imposto de Renda	11	(40)	(48)	-
Provisão para Contribuição Social	11	(36)	(45)	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-	(1.425)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício</b>		<b>258</b>	<b>321</b>	<b>(4.318)</b>
Número de ações	14	4.000	4.000	2.370
<b>Resultado por ação em R\$</b>		<b>0,06</b>	<b>0,08</b>	<b>(1,82)</b>

**Demonstrações dos resultados abrangentes - Semestre e exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	2º Semestre		
		mestre	2019	2018
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>		<b>258</b>	<b>321</b>	<b>(4.318)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>258</b>	<b>321</b>	<b>(4.318)</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre e exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

Eventos	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Total
	Realizado	Aumento de Capital		
<b>Saldos em 1º.07.2019</b>	<b>10.000</b>	<b>1.300</b>	<b>(8.089)</b>	<b>3.211</b>
Aumento de capital social	1.000	(1.300)	-	(300)
Lucro líquido do semestre	-	-	258	258
Destinações do lucro: Dividendos provisionados e distribuídos	-	-	(79)	(79)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>	<b>11.000</b>	<b>-</b>	<b>(7.910)</b>	<b>3.090</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>258</b>	<b>(121)</b>
<b>Saldos em 1º.01.2019</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>(8.152)</b>	<b>1.848</b>
Aumento de capital social	1.000	-	-	1.000
Prejuízo do exercício	-	-	321	321
Destinações do lucro: Dividendos provisionados e distribuídos	-	-	(79)	(79)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>	<b>11.000</b>	<b>-</b>	<b>(7.910)</b>	<b>3.090</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>1.242</b>
<b>Saldos em 1º.01.2018</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>(3.834)</b>	<b>6.166</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(4.318)	(4.318)
<b>Saldos em 31.12.2018</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>(8.152)</b>	<b>1.848</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.318)</b>	<b>(4.318)</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Semestre e exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

	2º Semestre	Exercício
<b>Das atividades operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2019</b>
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>486</b>	<b>916</b>
Lucro líquido	258	321
Ajuste ao lucro líquido	228	595
Depreciação	8	17
Constituição de provisão	220	578
Rendas de participações em controladas/coligadas	-	-
Dividendos	-	69
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(170)</b>	<b>(1.621)</b>
(Aumento) Redução em títulos para negociação	2.588	(1.694)
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.745)	(1.710)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(1.013)	1.783
Aumento (Redução) em receitas diferidas	-	-
<b>Caixa líquido (consumido nas) / proveniente das atividades operacionais</b>	<b>316</b>	<b>(705)</b>
<b>Das atividades de investimento</b>		
Alienação de investimentos	1.337	1.337
Aquisição (redução) de imobilizado	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>1.337</b>	<b>1.337</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		

<b>continuação - Diversas</b>		
Provisão para passivos contingentes trabalhistas (nota 13.2)	355	412
Provisão para passivos contingentes cíveis (nota 13.2)	-	243
<b>Total</b>	<b>15.747</b>	<b>13.390</b>
Curto prazo	15.392	12.718
Longo prazo	355	672
(a) Refere-se a possível devolução de Contrapartida Financeira recebida dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, devido à contratação de menos beneficiários. (b) Refere-se a recursos a serem liberados aos vendedores de imóveis para adquirentes que utilizam suas contas de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), dentro dos programas habitacionais administrados pela Caixa Econômica Federal. O fluxo de liberações obedece aos trâmites de formalização da transmissão de posse, propriedade e autorizações de uso.		
<b>11. Imposto de renda e contribuição social:</b> a) A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:		
<b>Base de cálculo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Resultado antes dos impostos	414	(2.892)
(+) Adições	10	127
(-) Exclusões	-	(58)
<b>(=) Resultado fiscal</b>	<b>296</b>	<b>(2.823)</b>
<b>(-) Compensação de prejuízos</b>	<b>(127)</b>	<b>-</b>
<b>(=) Resultado fiscal</b>	<b>296</b>	<b>(2.823)</b>
Imposto de Renda – 15%	(44)	-
Imposto de Renda Adicional – 10%	(6)	-
(-) PAT	2	-
<b>(=) Total apurado</b>	<b>(48)</b>	<b>-</b>
<b>Contribuição Social – 20%*</b>	<b>(45)</b>	<b>-</b>

b) Sobre a previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: A projeção de realização do crédito tributário, elaborada com base em estudo do cenário futuro em 31 de dezembro de 2017, que considerou as premissas principais para as projeções de indicadores macroeconômicos e indicadores de produção naquela data. Naquele contexto, havia uma projeção para utilização com lucros futuros e outra para utilização no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no montante de R\$ 778. Desta forma, a parte não utilizada no PERT foi revertida naquele exercício, em função da não realização de lucros no exercício corrente e nos 3 últimos exercícios. c) Créditos tributários não ativados: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de aproximadamente R\$ 7.830 sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 3.132. **12. Receitas diferidas:** Ao final do exercício de 2017 a Companhia tinha expectativa de realização das Tarifas MCMV fase 1 e 2. Estas receitas são a remuneração da Cobansa dos referidos programas sociais e seriam apropriadas de acordo com o percentual de conclusão das obras em andamento. No exercício de 2018 a Administração procedeu com a baixa dos referidos valores que somente serão reconhecidos quando efetivamente tiverem o seu ingresso financeiro. **13. Contingências ativas, passivas e obrigações legais:** **13.1. Ativos contingentes:** Não existem ativos contingentes contabilizados. **13.2. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal:** A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. **I. Processos trabalhistas:** Os assessores jurídicos avaliaram os processos trabalhistas com risco provável que totalizam o valor de R\$ 355, o qual a companhia mantém provisões no montante integral. Os processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável totalizam R\$ 822 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2018). **II.**

**Processos cíveis:** Os assessores jurídicos avaliaram que não há processos cíveis com risco provável de perda. Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável totalizam em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 26.466 (em 2018, R\$5.783). **III. Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias:** Os impostos e contribuições estão sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo. Não existem em 31 de dezembro de 2019, processos fiscais avaliados como sendo de risco provável.

**IV. Movimentação das provisões**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Atualização monetária	412	243	655
Baixa de provisão	11	10	21
Constituição de provisão	(590)	(253)	(843)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>523</b>	<b>-</b>	<b>523</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>356</b>	<b>-</b>	<b>356</b>

**14. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social, no montante de R\$ 11.000 (R\$ 10.000 - 2018), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 4.000.000 de ações, sendo 2.000.000 de ações ordinárias nominativas e 2.000.000 de ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. Em 26 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital no montante de R\$ 1.000 (hum milhão de reais) com o objetivo de promover o enquadramento da Companhia aos limites mínimos de Capital e Patrimônio Líquido, cujo processo de aprovação encontra-se homologado junto ao Banco Central do Brasil. **b. Dividendos:** Conforme disposição estatutária está assegurado aos acionistas dividendos que correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. No exercício foram distribuídos dividendos sobre o lucro do exercício 2019 no montante de R\$ 79. **c. Reserva legal:** A reserva legal, constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, não foi constituída neste exercício em face dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

<b>15. Outras despesas administrativas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Serviços de terceiros	203	224
Serviços técnicos especializados	205	223
Viagens	-	8
Aluguel	10	101
Comunicação	25	15
Sistema financeiro	146	134
Transportes	7	6
Publicação	4	30
Seguros	16	9
Processamento de dados	41	42
Outras	214	202
<b>Total</b>	<b>871</b>	<b>994</b>

<b>16. Despesas tributárias</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
COFINS	96	76
PIS	16	12
ISS	109	83
Outras	8	22
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>193</b>

<b>17. Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Variação monetária ativa	16	16
Variação monetária passiva	(52)	(478)
Provisões para contingências	(534)	-
Provisões para perdas financeiras (a)	-	(2.143)
Dividendos/juros s/capital próprio	10	25
Outras	(17)	(163)
<b>Total</b>	<b>(577)</b>	<b>(2.743)</b>

(a) A companhia procedeu com levantamento de ativos e passivos vinculados a programas habitacionais de repasses, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de forma a evidenciar em seu balanço somente aqueles montantes em que já possuem disponibilidade financeira para o repasse e que aguardam somente a documentação para a sua finalização. Do mesmo modo, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 continha uma ênfase, similar ao assunto de partes relacionadas descrito na seção de ênfase deste relatório; e uma seção de Incerteza relacionada a continuidade operacional, cuja incerteza não é aplicável as demonstrações financeiras do exercício de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **BLB** Auditores Independentes **Rodrigo Garcia Giroldo** CRC 2SP023165/O-2 CRC 1SP222658/O-9

modo, procedeu com o desconhecimento de receitas vinculadas a estes programas até que as mesmas sejam disponibilizadas em seu caixa, uma vez que a realização das mesmas depende da aceitação de documentos por parte do órgão federal patrocinador. O efeito bruto em resultado foi de R\$ 2.142 no primeiro semestre de 2018, e está refletida na movimentação da conta "outras receitas/despesas operacionais" **18. Partes relacionadas:** **18.1. Remuneração dos Administradores:** A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia foi por meio de pró-labore e dividendos no valor total de R\$ 56 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 68 em 2018). **18.2. Outras transações com partes relacionadas:** Em função do bloqueio bancário descrito na nota nº 1 – Contexto Operacional, a Companhia possuía um saldo de disponibilidades financeiras de sua propriedade em uma conta de bancos – conta movimento – na posse da empresa Equity Fomento Mercantil Ltda no montante de R\$ 572 (em 2018, R\$ 0), que é gerido por pessoa designada da própria Companhia, utilizado para pagamentos de compromissos da Companhia, próprios ou de terceiros, ou devolvido no primeiro dia útil posterior. **19. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%; pessoas jurídicas de cujo capital participe com mais de 10%; a própria instituição financeira, quaisquer Diretores e Administradores da própria Instituição, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva seus cônjuges e parentes até o 2º grau. **20. Gerenciamento de risco:** A Companhia adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. A Diretoria aprovou a estrutura, políticas, sistemas, formas de monitoramentos e procedimentos relacionados a identificar atividades que estejam sendo realizadas em descumprimento às determinações dos normativos e legislação vigentes dos órgãos reguladores. Os registros da estrutura organizacional, o manual de controles internos, os relatórios considerando o gerenciamento do risco de capital, operacional de Mercado, de liquidez e outros inerentes das operações intermediadas, os registros efetuados nas atas de reuniões e que atendem as determinações dos normativos e legislação vigentes, estão à disposição na sede da Cobansa Companhia Hipotecária, localizada na Avenida das Nações Unidas, 13.797 – Bloco II – 11º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP. **21. Limites operacionais (Acordo de Basileia):** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se desequilibrada nos limites de capital e patrimônio mínimos, conforme normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, a Companhia vem buscando alternativas para o seu enquadramento e novas fontes de receitas. **22. Eventos subsequentes:** Os efeitos do COVID-19 estão sendo apurados e ainda são incertos, porém, a Companhia informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, antecipou em contingência o trabalho remoto dos colaboradores envolvidos no controle das atividades de forma a não interromper a continuidade dos negócios, e está monitorando as ações de contenção da propagação do vírus e tomando todas as medidas necessárias. Nesse contexto, a Companhia ressalta que, até o momento, não ocorreram impactos relevantes ou materiais em seus negócios, relacionados ao COVID-19 ou a qualquer outro evento subsequente, que justificassem a alteração destas demonstrações financeiras. Repetição de indébito. A Companhia obteve sentença favorável com trânsito em julgado e, consequentemente, o direito à restituição de R\$ 1.952 em agosto de 2020, atualizado pela Taxa Selic. Ação contrária. Com o propósito da Administração em liberar garantias no valor de R\$ 1.410, valor 3 vezes superior ao suposto débito, a Companhia propôs acordo de pagamento da quantia de R\$ 420, o qual foi homologado em agosto de 2020. Processo arquivado. Possível ação de regresso para busca de perdas e danos.

**A Diretoria** **Sérgio Abellan** - CT CRC-1SP 166.900/O-5

de ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **BLB** Auditores Independentes **Rodrigo Garcia Giroldo** CRC 2SP023165/O-2 CRC 1SP222658/O-9

Ribeirão Preto SP, 17 de novembro de 2020.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos administradores e acionistas do **Cobansa Companhia Hipotecária** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Cobansa Companhia Hipotecária** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a Companhia mantém relações e operações com partes relacionadas. Dessa forma, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido em operações efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Cobansa Companhia Hipotecária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram por nós examinadas, a qual emitimos relatório em 03 de julho de 2019, com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras, que continua a seguinte descrição: Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta na rubrica "provisão para contingências" o valor de R\$655 mil, para fazer face aos processos cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável. Conforme resposta de seus assessores jurídicos às nossas cartas de confirmação (circularização), apuramos o valor de R\$1.214 mil. Consequentemente o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido superavaliado nos valores de R\$559 mil; e o resultado do exercício subavaliado em R\$356 mil naquela data." Esse assunto foi regularizado no segundo semestre do exercício de 2019. Adicional-

<b>Grupo Oxy Participações S.A.</b>						
CNPJ 26.960.255/0001-90						
<b>Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017 - Valores em R\$</b>						
<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				
	<b>2017</b>		<b>Capital Social</b>	<b>Lucros ou Prejuízos</b>	<b>Patrimônio Líquido do Sócio da Controladora</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
<b>ATIVO</b>	<b>1.185.411,05</b>	<b>Título</b>	<b>Integralizado</b>	<b>Acumulados</b>		<b>Demonstração Resultado Abrangente Total</b>
Ativo Circulante	22.762,05	Saldo em 25/01/2017	-	-	-	-
Disponível	22.762,05	Aumento de Capital 26/01/2017	904.999,00	-	904.999,00	-
Bancos	22.762,05	Dividendos	-	(12.852.166,35)	(12.852.166,35)	-
Bancos Conta Movimento	22.762,05	Transação de Capital com os Sócios	-	-	(11.947.167,35)	-
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	-	Lucro Líquido do Período	-	13.132.578,40	13.132.578,40	13.132.578,40
Ativo Não Circulante	1.162.649,00	Resultado Abrangente Total	-	-	13.132.578,40	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	Saldos Finais	904.999,00	280.412,05	1.185.411,05	13.132.578,40
Realizável a Longo Prazo	-	<b>Demonstrações do Resultado</b>		<b>2017</b>		
Adiantamento em Participações Societárias	-	Receitas/Outras Receitas Operacionais	13.207.421,13	<b>Fluxo de Caixa Originados de:</b>		<b>2017</b>
Investimentos/Participações Societárias	912.649,00	Contas de Resultado - Custos e Despesas	(74.842,73)	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Imobilizado	250.000,00	Despesas Administrativas	(69.945,17)	<b>Resultado do exercício/ período</b>		<b>13.132.578,40 D</b>
Móveis/Veículos	250.000,00	Despesas com Locação/Aluguel de imóvel	(600,34)	<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:</b>		<b>13.132.578,40 D</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>1.185.411,05</b>	Despesas com Instalação	(244,52)	<b>Redução Variações nos ativos e passivos</b>		<b>-</b>
Passivo Circulante	-	IPTU	(244,52)	<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:</b>		<b>-</b>
Fornecedores Nacionais	-	Despesas com Veículos	(1.016,72)	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos</b>		<b>-</b>
Patrimônio Líquido	1.185.411,05	Multas de trânsito	(1.016,72)	<b>Pagamentos de lucros dividendos</b>		<b>12.852.166,35 C</b>
Capital Social	904.999,00	Despesas Gerais	-	<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:</b>		<b>280.412,05 D</b>
Capital Social/Capital Subscrito	2.144.457,00	Despesas Tributárias/Impostos e taxas diversos	(605,98)	<b>Aumento nas Disponibilidades</b>		<b>- C</b>
(-) Capital a Integralizar	(1.239.458,00)	Despesas Financeiras/Despesas bancárias	(2.430,00)	<b>No início do período</b>		<b>22.762,05 D</b>
Resultado do Exercício	-	= Lucro	13.132.578,40	<b>No final do período</b>		
Lucro do Exercício	-					
Reservas de Lucros	280.412,05					
<b>A Diretoria</b>		<b>Contabilista: Aline Ventura D Ambros - CRC: SP-298041/O-1</b>				